

ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

Dívida pública em 84

A decisão adotada ontem pelo Conselho Monetário Nacional — CMN — no sentido sentido de promover, no próximo ano, uma política de dívida pública contracionista, realizando um resgate líquido de Cr\$ 1 trilhão, pode não ser importante do ponto de vista do montante do saldo dos títulos federais, que terminará este ano na faixa dos Cr\$ 25 trilhões, devendo dobrar este montante em dezembro de 1984. De qualquer forma, demonstra a determinação do Governo de estancar o processo de endividamento público interno, até há pouco tempo tido pelos condutores da estratégia econômica como algo sem importância.

Na verdade, este é um dos aspectos positivos da política de ajustamento interno, cujos balizamentos foram oficialmente conhecidos ontem: uma expansão monetária limitada a 50%, em base monetária e meios de pagamento, e 57% de expansão das aplicações do Banco do Brasil. Evidentemente, para que a dívida pública deixe de operar como instrumento de financiamento dos déficits do setor público e mecanismo de compensação do orçamento monetário, voltando a ser um elemento de regulação da liquidez interna, como acontece em qualquer País de economia organizada, foi necessário lançar mão de um excedente orçamentário de Cr\$ 5,8 trilhões, artificialmente criado através de uma rigorosa limitação das despesas à conta da lei de meios aprovada pelo Congresso.

Trata-se de uma massa de recursos não inflacionários, ou pelo menos com um impacto menor do que a simples emissão direta de moeda ou aumento da dívida pública interna, que substituirá estas duas tradicionais fontes de financiamento dos subsídios ao crédito e ao consumo. É uma experiência nova que se fará no Brasil, cujos resultados apontam, tecnicamente, no caminho de uma redução do ímpeto da inflação.

A oportunidade deve ser aproveitada para uma melhor administração das operações do mercado aberto, de tal forma que a especulação, sobretudo com as ORTN vinculadas à correção cambial, seja contida nos limites toleráveis, e não possa permanecer, como vem ocorrendo, em instrumento de ganho fácil para uma minoria de grandes conglomerados financeiros detentores desses títulos.

Embora as idas e vindas da administração econômica nos últimos anos tenha reduzido a quase zero seu índice de credibilidade, vale salientar que os ministros da área econômica, especialmente os do Planejamento e da Fazenda, têm insistido na afirmação de que não haverá, no próximo ano, nova maxidesvalorização do cruzeiro, uma das esperanças dos detentores de títulos com correção cambial para multiplicar seus lucros e um dos principais focos de especulação com esse papel.